

ÍNDICE

PUBLICAÇÕES DA AUTORA	7
NOTA DE ABERTURA	17
NOTA DE ABERTURA À 2 ^a EDIÇÃO	19
NOTA DE ABERTURA À 3 ^a EDIÇÃO	21
NOTA DE ABERTURA À 4 ^a EDIÇÃO	23
NOTA DE ABERTURA À 5 ^a EDIÇÃO	25
NOTA DE ABERTURA À 6 ^a EDIÇÃO	27
NOTA DE ABERTURA À 7 ^a EDIÇÃO	29
NOTA DE ABERTURA À 8 ^a EDIÇÃO	31
LISTA DE ABREVIATURAS	33
 CAPÍTULO I – O ENSINO DO DIREITO FISCAL NA FACULDADE DE DIREITO DA UP	 35
1. O objeto	35
2. Método e objetivos	36
2.1. O processo pedagógico	36
2.2. Objetivos	37
 CAPÍTULO II – CONCEITOS INTRODUTÓRIOS	 39
1. A interpretação e integração da Lei fiscal	39
2. A responsabilidade fiscal	42
3. A representação fiscal	43
4. O direito à informação	44
 CAPÍTULO III – PRINCÍPIOS FISCAIS	 47
1. Introdução	47

2.	Classificação e definições	48
3.	O princípio da neutralidade	49
4.	A relevância do princípio da neutralidade em sede de IVA	50
5.	O princípio da equidade	51
6.	O princípio da não-discriminação	52
7.	O princípio da territorialidade	54
8.	O princípio da residência	55
9.	O princípio da nacionalidade	57
10.	O princípio da transparência	58
11.	O princípio da simplicidade	60
12.	O princípio da reciprocidade	61
13.	O princípio da eficiência	61
14.	O princípio da não-retroatividade	62
15.	O princípio da proporcionalidade	66
CAPÍTULO IV – OS IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO		69
1.	O IRS	69
1.1.	Introdução	69
1.2.	As categorias de rendimentos	70
1.3.	Deduções	71
1.4.	As taxas	73
1.5.	A colaboração do contribuinte	75
1.6.	O cálculo do IRS	76
1.6.1.	Os trabalhadores dependentes e independentes	76
1.6.2.	Os pensionistas	80
1.6.3.	Os trabalhadores com deficiência	80
1.6.4.	Os bolseiros	80
1.6.5.	As taxas de imposto e as deduções à coleta	81
1.6.6.	As obrigações fiscais dos trabalhadores independentes	81
2.	O IRC	82
2.1.	Introdução	82
2.2.	Matéria coletável e lucro tributável	83
2.3.	A dedutibilidade de gastos	84
2.4.	O regime das depreciações e amortizações	86
2.5.	Os prejuízos fiscais	87
2.6.	Os dividendos	88
2.7.	Isenções	89

2.8. Os benefícios fiscais à interioridade (art. 41º-B EBF)	90
3. A tributação do rendimento: noções fundamentais	90
3.1. Os sujeitos passivos	90
3.2. O estabelecimento estável	91
3.3. O regime da transparência fiscal	93
3.4. As atividades ilícitas	94
3.5. A base tributável	94
3.6. O conceito jurídico-económico de ‘realização’	97
3.7. Diferimento e tributação das mais-valias	102
3.7.1. Cálculo das mais-valias e menos-valias	105
3.7.2. Despesas e encargos com mais-valias em sede de IRS	105
3.7.3. Mais valias mobiliárias de não residentes	106
3.7.4. Mais valias imobiliárias isentas em sede de IRS	107
3.7.5. Mais valias mobiliárias isentas em sede de IRS	108
3.7.6. Mais valias de residentes singulares	109
3.7.7. Mais valias e regimes transitórios em sede de IRS e IRC	110
3.7.8. Mais valias em sede de IRC	111
4. A tributação dos lucros: os sistemas fiscais	113
4.1. Introdução	113
4.2. O conceito de ‘integração’	114
4.3. As desvantagens da ‘integração’	116
4.4. Em busca de um sistema fiscal moderno	117
4.5. O sistema clássico	119
4.6. Sistemas de Imputação	121
4.7. Sistemas de Isenção	125
4.8. Sistema de Dedução	127
4.9. A proposta ACE	128
4.10. Sistema de Cash-Flow	130
4.11. A tributação dos dividendos em sede de IRS	132
4.12. A complexidade da tributação dos dividendos e das mais-valias no sistema fiscal português: a urgência de uma reforma integrada e coerente	133
5. As medidas anti-abuso	134
5.1. Introdução	134
5.2. Os preços de transferência	137
5.2.1. A definição de sujeito passivo	138

5.2.2. Determinação do valor dos bens ou serviços: Instrumentos úteis	140
5.2.3. A Questão da Interpretação e Aplicação do Artigo 63º do CIRC	141
5.2.4. O princípio da independência e a situação de relações especiais: harmonia ou conflito?	142
5.2.5. A escolha do método para determinação do preço de transferência: Um falso problema?	142
5.3. A Subcapitalização (ou limitação à dedutibilidade de gastos financeiros)	144
5.3.1. Introdução	144
5.3.2. Tendências no sistema fiscal português	145
5.4. Controlled Foreign Corporation (CFC) e outras medidas nacionais anti-abuso (ou regimes de imputação de lucros obtidos em ‘paraísos fiscais’)	146
5.5. A tributação efetiva mínima das multinacionais	148
5.6. Conclusões	149
5.7. As medidas anti-abuso na LGT: sistematização	150
6. O sistema de segurança social: considerações fiscais	151
6.1. Regime fiscal dos trabalhadores dependentes	151
6.2. Tributação das pensões	152
6.3. Benefícios fiscais	153
6.3.1. Os sistemas complementares de segurança social	153
6.3.2. Benefícios concedidos aos PPR (nacionais e pan-europeus)	154
6.4. Tratamento das pensões de acordo com as Convenções sobre Dupla Tributação	156
6.5. O problema na União Europeia	157
6.6. Conclusões finais	158
7. O Código Contributivo da Segurança Social	159
7.1. Introdução	159
7.2. A Qualificação Jurídica do Código Contributivo da Segurança Social	160
7.3. Os problemas criados pelos regimes convencionais: a discriminação entre trabalhadores e o incentivo à fraude ou evasão	161
7.4. A incongruência entre a voluntariedade do regime de seguro social voluntário e a obrigatoriedade da remuneração convencional	165

CAPÍTULO V – OS IMPOSTOS SOBRE O CONSUMO	167
1. Os Impostos Aduaneiros	167
1.1. A perspetiva histórica	167
1.2. Conceitos fundamentais do Código Aduaneiro da União	168
1.2.1. Classificação pautal	169
1.2.2. Origem das mercadorias	170
1.2.3. Valor aduaneiro	170
1.2.4. Destinos aduaneiros	171
1.2.5. Entrepasto Aduaneiro	172
1.3. Desenvolvimentos recentes	173
1.4. Alfândegas: do passado ao futuro	173
1.4.1. Perspetiva geral	173
1.4.2. Desafios e objetivos atuais	175
1.5. Como classificar mercadorias ao abrigo da Pauta Aduaneira Comum	176
1.5.1. Introdução	176
1.5.2. O quadro legal aplicável à classificação de mercadorias	178
1.5.3. A interpretação da Nomenclatura Combinada ('NC') feita pelo Tribunal de Justiça	179
1.5.4. Problemas atuais e possíveis melhorias na classificação aduaneira	180
1.6. A relevância do conceito 'operador económico' na tributação do consumo	181
2. Os IEC(s)	182
2.1. Introdução	182
2.2. Incidência subjetiva	183
2.3. Facto gerador e exigibilidade	185
2.4. Isenções comuns	186
2.5. Taxas	186
2.6. As obrigações fiscais	187
2.7. A importância da política ambiental	188
3. O IVA	191
3.1. Breve perspetiva histórica	191
O processo de coordenação fiscal na UE	192
3.2. Objeto e âmbito de aplicação	193
3.3. Sujeitos passivos	195
3.4. A base tributável	198

3.5. A localização das operações tributáveis	201
3.6. A exigibilidade do imposto	204
3.7. O valor tributável	205
3.8. As taxas	209
3.9. As isenções	210
3.10. As deduções	213
3.11. As obrigações fiscais	217
3.12. Os regimes especiais	221
 CAPÍTULO VI – OS IMPOSTOS SOBRE O PATRIMÓNIO	 225
1. Introdução	225
2. A noção de património	225
3. A noção de valor patrimonial tributário	226
Fórmula do valor patrimonial tributário	227
4. Os impostos sobre o património: IMI/IMT/Imposto do Selo (IS)/Derrama/Imposto sobre Veículos (ISV) e Imposto Único de Circulação (IUC)	228
5. A reforma fiscal	230
6. Os impostos sobre o património imobiliário – IMI/IMT/IS – Breve introdução	230
7. A tributação do imobiliário em sede de IVA	233
8. A tributação do imobiliário em sede de impostos sobre o rendimento (IRC/IRS)	233
9. Dos benefícios fiscais concedidos ao setor imobiliário	234
10. Alguns casos de duvidosa constitucionalidade:	235
11. Casos práticos: jurisprudência selecionada do STA	235
11.1. Sobre o conceito de prédio	235
11.2. Sobre o conceito de valor patrimonial tributário: os prédios urbanos	236
12. As matrizes prediais e a importância do cadastro: breve sistematização	237
13. Tendências recentes	238
14. A perspetiva internacional	238
 CAPÍTULO VII – OS BENEFÍCIOS FISCAIS	 239
1. Introdução	239
2. Os benefícios fiscais: definições	240

3.	A ‘causa social’ e o papel das entidades não lucrativas	241
3.1.	As Organizações Não-Governamentais (ONG(s))	241
3.2.	As Formas Jurídicas Adoptadas pelas Organizações Não-Governamentais	242
3.3.	O Tratamento Jurídico-Fiscal das ONG(s) no Contexto Europeu	244
3.4.	Breves Considerações de Direito Fiscal Internacional	248
3.5.	Conclusões	251
4.	As cooperativas em geral e especial (as cooperativas agrícolas)	251
	Sobre os conceitos de objeto e fins cooperativos	252
	Sobre o conceito de atividade económica não lucrativa	253
	Sobre a recaraterização das operações económicas: compra e venda vs. mútuo	256
5.	I&D (Investigação e Desenvolvimento) – Regime fiscal	263
5.1.	Em geral	263
5.2.	Abordagem histórica	264
5.3.	Incentivos Fiscais para as Pessoas Coletivas: incentivos para a I&D no CIRC	265
	5.3.1. Amortizações	266
	5.3.2. Gastos de investigação e desenvolvimento como gastos fiscais	266
5.4.	Incentivos Fiscais para as Pessoas Singulares: incentivos para a I&D no CIRS	266
	5.4.1. Base fiscal	266
	5.4.2. Deduções	267
5.5.	Incentivos Fiscais no Imposto sobre o Valor Acrescentado	268
5.6.	Outros Benefícios	268
	5.6.1. Benefícios fiscais contratuais	268
	5.6.2. Incentivos fiscais ao desenvolvimento da propriedade industrial	269
5.7.	Incentivos Fiscais nas Convenções sobre Dupla Tributação	269
6.	O Código Fiscal do Investimento, o Regime dos Benefícios Fiscais Contratuais concedidos ao Investimento Direto no estrangeiro por empresas nacionais e o novo Código Fiscal do Investimento – breves considerações	270
7.	O património cultural: benefícios e incentivos fiscais	271

8.	A proteção do ambiente: benefícios e incentivos fiscais – breve referência	273
9.	Conclusões	274

CAPÍTULO VIII – O DIREITO FISCAL INTERNACIONAL	275
------------------------------------------------	-----

1.	Introdução	275
2.	As convenções sobre dupla tributação	276
3.	Os princípios interpretativos	277
4.	CrITÉRIOS de Residência	280
4.1.	Os residentes não habituais e o novo regime ‘IFICI’ (incentivo fiscal à investigação científica e inovação)	281
4.2.	Os não residentes	283
4.3.	Os residentes noutro Estado membro da União Europeia ou do Espaço Económico Europeu	286
4.4.	Deslocalização da residência para ‘paraíso fiscal’	287
5.	Estabelecimento Estável	288
6.	Os dividendos: retenções na fonte	291
7.	Juros e <i>royalties</i>	295
8.	Pensões	297
9.	Correções à matéria coletável e a rede portuguesa de convenções sobre dupla tributação	297
10.	Métodos usados para eliminar ou reduzir a dupla tributação internacional	299
11.	Observações Finais	305
12.	‘Tax Sparing’	306
13.	Medidas anti-abuso nas convenções sobre dupla tributação	307
13.1.	Conflitos na atribuição do rendimento	307
14.	Os acordos sobre trocas de informações fiscais ao serviço das estratégias políticas dos Estados-membros da União Europeia	308
	1. O princípio da transparência	310
	2. O princípio da reciprocidade	311
	3. O princípio da proporcionalidade	312
15.	Tendências recentes no Direito Fiscal Internacional	318
16.	Conclusões	320

CAPÍTULO IX – O DIREITO FISCAL EUROPEU	321
----------------------------------------	-----

1.	Introdução	321
----	------------	-----

2.	O processo de coordenação fiscal na União Europeia	323
2.1.	O relatório ‘Newmark’	324
2.2.	O relatório ‘Segré’	324
2.3.	O programa da Comissão	325
2.4.	O relatório de Van den Tempel	326
2.5.	O relatório ‘Ruding’	326
2.6.	Os sucessos dos anos 90	329
2.7.	O direito fiscal europeu no início do século XXI	329
3.	Sistemas fiscais e não discriminação na União Europeia	330
4.	Planeamento fiscal e não discriminação na União Europeia	340
5.	O século XXI e a criação de um mercado de capitais na União Europeia: A Diretiva ‘Faster’	348
CAPÍTULO X – AS INFRAÇÕES TRIBUTÁRIAS		351
1.	Introdução	351
2.	Classificações	352
3.	Breve perspetiva comparada	353
4.	A fraude fiscal e o princípio da transparência	354
5.	Estudo sobre as infrações tributárias	366
6.	Fraude, Abuso e Planeamento fiscal	375
7.	Sobre a distinção entre crimes fiscais e contra-ordenações fiscais	394
CAPÍTULO XI – O DIREITO CONTABILÍSTICO E AS OBRIGAÇÕES DECLARATIVAS, DE FATURAÇÃO E DE INFORMAÇÃO		407
1.	Introdução	407
2.	Os IFRS	408
3.	Princípios fiscais e contabilísticos: o caminho difícil da harmonização fiscal na União Europeia	409
4.	As obrigações declarativas	410
4.1.	Em sede de IRS	410
4.1.1.	Declaração automática de rendimentos	410
4.1.2.	Declaração de casados e de unidos de facto	411
4.1.3.	Declaração do cônjuge sobrevivente	412
4.1.4.	Declaração relativa a constituição de agregado familiar ou sua dissolução	412
4.1.5.	Declaração anual de rendimentos em sede de IRS	413

4.1.6.	Declaração de início, alteração e cessação de atividade em sede de IRS	413
4.1.7.	Declaração anual de informação contabilística e fiscal em sede de IRS	414
4.1.8.	Declaração verbal de inscrição, de alterações ou de cessação em sede de IRS e IRC	414
4.1.9.	Dispensa de apresentação de declaração de rendimentos	414
4.2.	Em sede de IRC	416
4.2.1.	Declaração periódica de rendimentos em sede de IRC	416
4.2.2.	Declaração anual de informação contabilística e fiscal em sede de IRC	416
4.2.3.	Declaração de inscrição, de alteração ou de cessação em sede de IRC	416
4.2.4.	Declaração financeira e fiscal por país	417
4.2.5.	Declaração de substituição em sede de IRC	419
4.3.	Em sede de IVA	419
4.3.1.	Declaração periódica em sede de IVA	419
4.3.2.	Declaração de início de atividade, de alterações ou de cessação de atividade em sede de IVA	420
4.4.	Em sede de Segurança Social	420
4.4.1.	Declaração do trabalhador em sede de segurança social	420
4.4.2.	Declaração de cessação, suspensão e alteração do contrato de trabalho em sede de segurança social	421
4.4.3.	Declaração de remunerações em sede de segurança social	421
4.4.4.	Declaração anual da atividade em sede de segurança social	422
4.4.5.	Declaração comprovativa da situação contributiva em sede de segurança social	422
4.5.	Em sede aduaneira e IEC(s)	423
4.5.1.	Declarante aduaneiro	423
4.5.2.	Declaração sumária de entrada	423
4.5.3.	Declaração sumária de saída	423
4.5.4.	Declaração de depósito temporário	423
4.5.5.	Declaração aduaneira	423
4.5.6.	Declaração de reexportação	423
4.5.7.	Declaração de introdução no consumo	423
4.5.8.	DAC	424
4.6.	Em sede de Imposto sobre o Património	424

4.6.1. Declaração relativa a IMT	424
5. Faturação e arquivo	425
5.1. Faturação e arquivo em sede de IRC	425
5.2. Faturação e arquivo em sede de IRS	425
6. Os deveres de informação na UE	425
 CAPÍTULO XII – O PROCEDIMENTO E O PROCESSO TRIBUTÁRIO	 427
1. Introdução	427
1.1. A administração fiscal	427
1.2. A organização judicial	428
1.2.1. A estrutura judicial	428
1.2.2. As recomendações das organizações internacionais	428
2. Processo Fiscal: relação com outros ramos do direito	430
2.1. A jurisdição fiscal vs. jurisdição penal	430
2.2. A importância do direito processual civil e do direito processual administrativo	430
2.3. A delimitação do ‘pedido fiscal’ e a sua diferenciação do ‘pedido administrativo’	430
3. Os princípios processuais e procedimentais fiscais	431
4. A figura do representante da Fazenda Pública	432
5. A representante do contribuinte	433
6. A importância do Ministério Público e a produção de prova	434
7. As decisões judiciais	436
8. O procedimento e o processo tributário	437
9. Os processos alternativos de resolução de litígios e o seu impacto no direito fiscal atual	439
 CAPÍTULO XIII – POLÍTICAS FISCAIS NO SÉCULO XXI	 441
1. Princípios e Técnicas Fiscais no Século XXI	441
2. As especificidades dos países periféricos	450
3. O Impacto do Regime Jurídico-Fiscal da Propriedade Intelectual e Industrial na Economia: breves considerações nacionais e de direito fiscal comparado	461
4. A tributação da agricultura e os desafios do século XXI	467
5. Sobre o conceito de Justiça Fiscal	474

CONCLUSÕES	477
OS NOVOS DESAFIOS	478
BIBLIOGRAFIA	481
PESQUISA BIBLIOGRÁFICA NA INTERNET	491
PERIÓDICOS SELECIONADOS	493
BLOGS	495
ÍNDICE	497